

Algumas considerações sobre região e regionalidade¹

José Clemente Pozenato²

A região: uma rede de relações

O tema da região me persegue. Talvez pela circunstância de viver num Estado, o Rio Grande do Sul, cuja cultura, e especialmente cuja literatura, tradicionalmente vêm sendo apodadas de regionalistas. Em função disso, escrevi um ensaio (Pozenato, 1974), tentando separar as idéias de regionalismo e de regionalidade na literatura gaúcha, confrontando-as com o possível ideal da universalidade literária. Mas vivo também num espaço, o da colonização italiana, que reivindica de longa data ser classificada como região com identidade própria. Mais ainda, trabalho numa universidade que tem um projeto de regionalização, sobre o qual também tentei refletir num novo ensaio (Pozenato, 1995) em que a idéia de região é mais uma vez posta em cena e, mais uma vez, em confronto com o ideal universitário da universalidade do conhecimento. Agora, para cúmulo das circunstâncias, estou envolvido num projeto de estudos regionais. Não há como negar, portanto, que sou perseguido pela idéia de região.

Mas desde o início dos meus estudos sobre o tema até agora, num período de vinte anos, mudou sensivelmente a inflexão com que a idéia de região é abordada. Talvez seja possível simplificar essa mudança dizendo que ela transitou de uma visão negativa para uma visão positiva. Quer dizer: antes era preciso demonstrar que o regionalismo não consistia numa visão estreita do processo social, em qualquer de suas dimensões; hoje, a percepção das relações regionais é vista como um modo adequado de entender como funciona, ou pode funcionar, o processo de mundialização de todas as relações humanas. Mas não adiantemos a discussão.

A idéia de região é antiga. Buscando a sua etimologia, Emile Benveniste (citado por Bordieu, 1989, p. 118) mostra que a palavra *regio* deriva de *rex*, a autoridade que, por decreto, podia circunscrever as fronteiras: *regere fines*. A região não é pois, na sua

1 Artigo publicado no livro: POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

2 Doutor em Letras pela PUC/RS. Docente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: pozenato@terra.com.br

origem, uma realidade *natural*, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e da eficácia do poder de que se reveste o *auctor* da região. Enquanto esse poder é reconhecido, a região por ele regida existe. Em suma, a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências.

A idéia de região como um espaço *natural* talvez tenha surgido a partir de sua utilização pela Geografia. A Geografia Física circunscreve territórios em função da *paisagem*, como se dizia antigamente, ou seja, da Meteorologia, da Hidrologia, da Topografia, da vegetação etc. A Geografia Humana define os espaços regionais também com critérios *objetivos*, fornecidos pela História, pela Etnografia, pela Lingüística, pela Economia, pela Sociologia. Como nem sempre esses critérios coincidem, é possível falar de região histórica, região cultural, região econômica e assim por diante, com fronteiras distintas no mesmo território físico.

Na esteira da Geografia, outras disciplinas passaram a utilizar a idéia de região. Pierre Bourdieu (1989) registra, não sem ironia:

a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Em todas essas disciplinas, com exceção, é claro, da geografia, o espaço físico passa para um segundo plano, para privilegiar variáveis e relações de tipo humano ou social, cada uma dentro da sua perspectiva de observação: o custo, para o economista, o dialeto ou os rituais, para o etnólogo, as classes, para o sociólogo, e assim por diante.

Esse interesse de diferentes disciplinas pela região, observa ainda Pierre Bourdieu, tem raízes no interesse, e não apenas na autonomia do conhecimento. Desde que a região passou a ser um conceito de administração pública, como princípio de integração e de superação das diferenças regionais, os economistas passaram a dedicar-lhe atenção (se é que não foram eles a criar o conceito de região administrativa). Desde que os movimentos

regionalistas – de modo especial quando se contrapõem à idéia de nação, com intuito separatista e de acentuação das diferenças – tomaram corpo, a região passou a ser assunto da sociologia. E, é possível acrescentar, desde que se caracterizou o processo de globalização ou de mundialização das relações, somou-se o interesse renovado de historiadores, de etnólogos e também, numa outra esfera, dos planejadores e administradores.

Em todas essas disciplinas, porém, pode ser observado um ponto em comum, de ordem epistemológica. Na perspectiva da ciência newtoniana, é costume partir do pressuposto de que a região (econômica, histórica, cultural etc.) é uma *realidade*, ou um fenômeno, que tem existência autônoma e está aí para ser objeto de explicação. Em outras palavras, o foco é centrado na descrição e análise de um objeto dado como sendo uma região e não, numa outra perspectiva, na análise de um conjunto, ou rede, de relações que tenham o caráter de regionalidade. O que pois cabe discutir é o significado desse deslocamento da questão da região para a questão da regionalidade. A regionalidade pode ser definida como uma dimensão espacial de um determinado fenômeno tomada como objeto de observação. Isto implica em admitir que o mesmo fenômeno, visto sob a perspectiva da regionalidade, pode ser visto sob outras perspectivas. A existência de uma rede de relações de tipo regional num determinado espaço ou acontecimento não os reduz a espaços ou acontecimentos puramente regionais. Serão regionais enquanto vistos em sua regionalidade.

As relações de regionalidade

Não é demais enfatizar que tanto o conceito de região (no plano do fazer científico) quanto à definição de uma determinada região (no plano do fazer prático) são construções. Quer dizer, são representações simbólicas e não a própria realidade ou, como ensina a Física Quântica: só existe como fenômeno aquilo que conseguimos construir na nossa linguagem. Como observa Pierre Bourdieu (1989), tanto o discurso regionalista (voltado para constituir a identidade de uma região) quanto o discurso científico (voltado para descrever relações regionais) são performativos, isto é, constroem a realidade que eles designam. Ou, como afirma Pierre Lévy:

Nenhuma fronteira existe *a priori*. Sem dúvida há no mundo gradientes e descontinuidades, mas o recorte restrito de um conjunto supõe a seleção de um ou

mais critérios para separar o interior do exterior. A escolha desses critérios é, necessariamente, convencional, histórica e circunstancial (LÉVY, 1993, p. 143).

Uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim, em última instância, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para esse significado. Isto é, o que é entendido como uma região é, realmente, uma regionalidade. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *auctor*, seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista.

Uma discussão interessante nessa direção é a de saber se o que faz a região é o espaço ou, ao invés dele, o tempo, a história. Para Paul Bois (1960) não há dúvida: é a história. Se a região se apresenta como um espaço, ela é um espaço definido por uma história diferente da do espaço vizinho e externo. Essa ênfase na história como fator constituinte da região remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da *paisagem*. Mas remete, principalmente, para uma visão sistêmica da regionalização como processo. Nesse processo pesa, sem dúvida, a constatação de identidades internas, mas pesa, igualmente, o deslocamento produzido pelas diferenças vindas do mundo externo.

Um importante deslocamento do conceito de região vem sendo operado nas últimas décadas, quando a referência da região à nacionalidade começa a ser substituída, pelo menos em parte, pela referência à globalidade das relações políticas, econômicas e culturais. Com isso, a identidade de cada região ganha novo significado e, até mesmo, novo realce.

Durante o período de organização das nações – e, ainda hoje, naqueles territórios em que a questão da divisão nacional ainda não foi resolvida ou em que a consolidação das relações internas constituintes da nacionalidade ainda está em processo – a idéia de região sempre se ergueu em contraposição à idéia de nação, ora com intuito de integração (na perspectiva do poder central), ora com intuito separatista ou, em grau mais atenuado, com intuito de afirmação da identidade própria (na perspectiva dos movimentos *regionalistas*).

Exemplos atuais de conflito entre região e nação (ou entre regionalidade e nacionalidade) podem ser observados inclusive na Europa, que foi o primeiro continente a se organizar em nações. No Brasil, um país de dimensões continentais, a questão regional nunca deixou de estar presente, sob diferentes formulações, desde a independência, mas especialmente no período republicano, quando se instituiu um governo central forte, num precário equilíbrio com a idéia de federação de estados. Isso no plano político e administrativo. Não será diferente no plano cultural. Ruben Oliven (1992), um antropólogo social, entende que

a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional (OLIVEN, 1992, p. 43).

Ou, na nossa perspectiva, o regional define-se por contraposição ao nacional. No caso brasileiro, apesar de alguns sintomas isolados de separatismo, as lutas regionais têm sido vistas como busca de relações cada vez mais adequadas de integração nacional, nas quais haja um grau satisfatório de respeito às diferenças de cada região e também um grau satisfatório de atendimento administrativo de suas carências.

Com o crescente fenômeno de estabelecimento de relações supra-nacionais e, sob alguns aspectos, planetárias, a idéia ou conceito de região começa a adquirir um novo sentido. Na Europa, esse deslocamento de sentido é mais perceptível, até porque o processo de criação de uma comunidade de nações está mais avançado. A região de Montpellier, por exemplo, tem como *slogan* a frase: "Montpellier no coração, a Europa (e não a França!) na cabeça". A eurovisão suplanta, sob muitos aspectos, a visão da nacionalidade. A idéia de região passa a ser usada em contraposição à idéia de globalidade e não tanto, ou não exclusivamente, em contraposição à idéia de nação. Um administrador da tecnópole de Toulouse fazia a seguinte declaração, há alguns meses: "Toulouse não está competindo com uma dezena de cidades francesas do seu porte, mas com uma centena de cidades européias". Amanhã ou depois ele poderia acrescentar: "Competimos com um milhar de cidades do nosso porte no planeta".

Alvin Toffler (1990), entre outros, vê nessa tendência, que vou chamar aqui de *neorregionalista*, uma reação ao *globalismo* (ou, para quem preferir, ao *mundialismo*) que se manifesta tanto no plano da economia e da política como no da cultura. Segundo ele, "a *política dos níveis* deverá dividir os eleitores em quatro grupos distintos: os *globalistas*, os *nacionalistas*, os *regionalistas* e os *municipalistas*. Cada qual irá defender com ferocidade sua identidade percebida e seus interesses econômicos" (Toffler, 1990. p. 268).

Parece, pois, ser um fenômeno evidente o de que a globalização e a regionalização, tanto da cultura quanto da política e da economia, mantêm entre si alguma espécie de relação, como houve, e em muitos aspectos continua existindo, uma relação entre regional e nacional. No Brasil, mesmo que permaneça com maior força a idéia de região tendo como referência a nação de alguma forma essa relação começa também a ser afetada pelos processos supra-nacionais e globais. No plano da cultura, essa possível relação entre região e mundo foi já observada. Oliven (1992, p. 135), ao analisar a questão regional no Brasil nos dias atuais, afirma que "todo esse processo de mundialização da cultura, que dá a impressão de que vivemos numa aldeia global, acaba repondo a questão da tradição, da nação e da região". Mas também no plano da economia – e isso talvez seja visível no atual momento na região da Serra gaúcha – a política de blocos econômicos começa a afetar o perfil produtivo das regiões e, mais, o modo como cada uma delas afirma a própria identidade. À ampliação dos mercados corresponde a necessidade de redesenhar todo o mapa das relações.

Assim, é possível afirmar que a idéia de região, no Brasil, tem uma referência no passado, vinculada ao processo de consolidação da nacionalidade iniciado há quase dois séculos. E uma referência no futuro, vinculada ao processo de integração do país em relações supra-nacionais e globais. Esse passado e esse futuro cruzam-se no presente. Daí ser compreensível uma certa perplexidade em se lidar com a questão. Um instituto, ou um programa, de estudos regionais vão ter que enfrentar essa perplexidade. Para nosso consolo, com o deslocamento da idéia de região do seu confronto tradicional com a idéia de nação, pelos menos alguns preconceitos tradicionais poderão ser varridos. Com a mesa limpa, ou seja, com uma dose maior de isenção, será mais fácil talvez examinar em que consiste a rede de relações à qual, por convenção, designamos pelo nome de região.

Regionalidade, regionalismo, regionalização

Por sua proximidade semântica, estes três termos podem ser facilmente confundidos. Em especial, isto tem acontecido com as palavras regionalidade e regionalismo. Ao menos no campo da literatura brasileira, o conceito de regionalismo tem sido utilizado para identificar e descrever todas as relações do fato literário com uma dada região. Penso que este significado deve ser reservado para o conceito de regionalidade. O regionalismo pode ser identificado como uma espécie particular de relações de regionalidade: aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço – simbólico, bem entendido – com base no critério da exclusão, ou pelo menos da exclusividade. Esse critério se manifesta, no caso da produção literária, pelo uso de um dialeto, quando não de uma língua, de estrita circulação interna. E também não é por acaso que todos os regionalismos – não só os literários – se apóiam fortemente na defesa de uma língua própria, como no fenômeno, conhecido entre nós, do talian. A força simbólica da língua funciona como uma bandeira hasteada.

A regionalização é um conceito de outra ordem. Ela é na realidade um programa de ação voltado para o estabelecimento ou o reforço de relações concretas e formais dentro de um espaço que vai sendo delimitado pela própria rede de relações operativas que vai sendo estabelecida. Ela é portanto, antes de mais nada, uma estratégia que necessita desenvolver seus próprios instrumentos de gestão, de acordo com um programa político. Se o programa for regionalista, a regionalização tenderá a ser restritiva e excludente. Se ele levar em conta que as relações de regionalidade não são as únicas a serem levadas em conta, também no plano da ação, ele tenderá a ser aberto e abrangente.

Alguns preconceitos contra a região

A idéia de região ainda sofre de preconceitos. A própria proposta de desenvolvermos um programa de mestrado em História, centrado no eixo dos estudos regionais, não tem escapado a eles. Houve até mesmo um docente que recusou participar dele sob a alegação de que estava interessado em horizontes maiores. Será a região um horizonte estreito?

Pela própria história em que esteve imersa (história política, principalmente, pelo menos na fase de superação de diferenças no esforço de construir nacionalidades) a palavra região carrega consigo esse estigma. É possível que o costumeiro uso geográfico do conceito de região seja uma fonte de mal-entendidos. A Geografia trata a região como um espaço delimitado por fronteiras que, mesmo não podendo ser muitas vezes nitidamente definidas com uma linha demarcatória, funcionam no plano simbólico como um traço de separação e, pois, de exclusão: a região é algo fechado dentro de fronteiras. A essa idéia de espaço com fronteiras fechadas soma-se a idéia de que a região é um espaço periférico com relação ao centro. A Geografia, mas principalmente a Economia, deram ao centro um estatuto científico. O centro polariza, em decorrência de suas funções, um determinado espaço que se hierarquiza segundo seu maior ou menor grau de acesso às funções centradas na metrópole. Ao redor do centro gravita o interior, a província, a periferia. Esse estatuto científico pode não ter tais intenções, mas contribui para criar a estigmatização que toda política centralista tem interesse em manter para garantir os seus propósitos de hegemonia. Cito mais uma vez Pierre Bourdieu (1989):

se a região não existisse como espaço estigmatizado, como *província* definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao *centro*, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência (BOURDIEU, 1989, p. 126) .

Esse estigma que o *centro* imprime sobre a *província* repercute em todas as representações que se façam de região. No plano das representações culturais, o estigma estabelece que a *província* é um mundo acanhado, estreito, incapaz de transpor as próprias fronteiras: veja-se, por exemplo, os sentidos pejorativos que os dicionários atribuem ao adjetivo *provinciano*. Em contraposição, o *centro* é visto, como que por natureza, como aberto e universal. O centro professa uma *fé universalista*, na expressão de Bourdieu, da qual é excluída a periferia.

Essas representações podem ter muitas origens, inclusive nas próprias concepções científicas, onde a idéia de *centro* como ocorre na Física newtoniana, é constitutiva da ordem tanto do universo quanto do conhecimento. Mas acredito que muito da força dessas representações tem apoio na concepção mítica, subjacente ao senso comum, de que o universo

(qualquer universo) possui um centro. Mircea Eliade (1965) mostra que, nas sociedades primitivas, cada uma delas se considerava o centro do mundo e via o seu próprio centro como o "umbigo da Terra".

A idéia de *centro* foi posta em xeque, penso que em definitivo, pela Física Quântica. No seu lugar surge a imagem (ou conceito?) de rede de relações pela qual transitam funções. Onde se verifica uma função, aí está o centro, pelo menos dessa função. Ou seja, não há centro.

Afastando as idéias, ou imagens, de centro e de fronteiras, a região será melhor entendida se vista como simplesmente um feixe de relações a partir do qual se estabelecem outras relações, tanto de proximidade como de distância. O grau, o volume, as características, a complexidade que podem assumir essas relações, tanto as próximas como as distantes, vão depender de diversas variáveis, dentre as quais a mais importante, sem dúvida, é a da existência de canais de comunicação. Com os canais de comunicação hoje existentes e disponíveis, as idéias de centro e de fronteiras perdem cada vez mais o seu sentido. Assim, a própria tecnologia das comunicações nos obriga a pensar a região de acordo com novos parâmetros. Ela deixa de parecer um espaço isolado entre fronteiras e dependente de um centro, para se tornar apenas um complexo de relações inserido numa rede sem fronteiras.

Referências bibliográficas

BOIS, Paul. *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*, Paris-Haia: Mouton, 1960.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

ELIADE, M. *Le sacré et le profane*. Paris: Gallimard, 1965.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993. p. 143.

OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

POZENATO, José C. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1974.

_____. Universidade e região: a regionalização como estratégia de acesso ao conhecimento. 1995 (dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, São Paulo.

TOFFLER, Alvin. *Powershift*: as mudanças do poder. Rio de Janeiro:Record, 1990. p. 268.